



FUNDAÇÃO  
Ricardo  
do Espírito  
Santo, Silva.

## **RELATÓRIO E CONTAS**

**EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2010**

## ANO ECONÓMICO DE 2010

### RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

#### Conselho Directivo

**PRESIDENTE** – Dr. Luís Ferreira Calado

**VOGAL NATO** – Dr. Nuno Leite de Faria

**VOGAL NATO** – Dr. Carlos Durães da Conceição até 10/5/2010  
Dr. Pedro Rodrigues Felício a partir de 10/5/2010

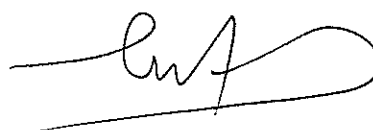
**VOGAL NATO** – José Medeiros Tavares  
(António Valdemar)

**VOGAL** – Professor Vítor Serrão até 27/9/2010  
Dr<sup>a</sup> Berta Bustorff desde 28/9/2010

**VOGAL** – Dr<sup>a</sup> Isabel Silveira Godinho até 27/9/2010  
Dr. Francisco Murteira Nabo a partir de 24/11/2010

**VOGAL** – Dr<sup>a</sup> Vera Pinto Teixeira até 27/9/2010  
Dr. Henrique Granadeiro a partir de 24/11/2011

Lisboa, 20 de Abril de 2010



## CÓPIA DE PARTE DA ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

Aos 20 dias do mês de Abril de 2011, pelas 17 horas, reuniu o Conselho Directivo da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva na sua sede, ao Largo das Portas do Sol, 2, em Lisboa, sob a presidência do Dr. Luís Ferreira Calado, com a presença dos vogais: Dr. Pedro Rodrigues Felício, Director-Geral do Tesouro e Finanças, Dr. Nuno Leite de Faria, representante da Família do Fundador da FRESS, Dr<sup>a</sup> Berta Bustorff Silva e Dr. Francisco Luís Murteira Nabo. Não puderam estar presente o Sr. António Valdemar, Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes e o Dr. Henrique Manuel Fusco Granadeiro, por motivos profissionais.

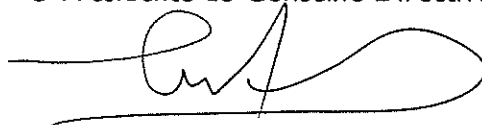
.....  
Entrando no Ponto 3 da Ordem de Trabalhos foi analisado, discutido e aprovado o Relatório e Contas correspondente ao ano económico de 2010.

.....  
E não havendo mais assuntos a tratar, deu o Presidente por encerrada a sessão.

Está conforme

Lisboa, 20 de Abril de 2011

O Presidente do Conselho Directivo



(Luís Ferreira Calado)

## ÍNDICE

### I – RELATÓRIO

#### APRESENTAÇÃO

1. NOTA PRÉVIA
2. APRECIÇÃO GLOBAL

Da actividade corrente

Dos investimentos

Dos recursos humanos

3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA
4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS
5. ANÁLISE DO BALANÇO
6. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS
8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

### II – BALANÇO

### III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### IV – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I  
RELATÓRIO

h.

1. **APRESENTAÇÃO**
2. **APRECIACÃO GLOBAL**
3. **EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**
  - Da Actividade Corrente
  - Do Investimento
  - Dos Recursos Humanos
4. **EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS**
5. **EVOLUÇÃO DAS DESPESAS**
6. **ANÁLISE DO BALANÇO**
7. **ANÁLISE DE RESULTADOS**
8. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
9. **APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

## I. APRESENTAÇÃO

A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (FRESS), criada pelo Decreto-Lei n.º 39.190, de 27 de Abril de 1953, por via da doação ao Estado Português de bens e valores pelo seu Fundador, assume um papel fundamental na sociedade portuguesa, quer pelo seu passado histórico e cultural, quer pelo prestígio alcançado, interna e externamente, no domínio das artes decorativas e da conservação e restauro do património, quer ainda pela sua riqueza patrimonial traduzida na Arte de Saber Fazer, largamente apreciada e reconhecida por especialistas e instituições estrangeiras.

O ano de 2010 encerrou o mandato do Conselho Directivo que iniciara funções em Setembro de 2005. O balanço do mandato cessante ficou expresso ao longo dos relatórios e contas anualmente apresentados. Duma forma sintética, o mandato registou os seguintes resultados.

### (i) Objectivos alcançados

- # Resolução no final de 2007 da dívida bancária acumulada, que se vinha agravando anualmente, de forma exponencial, tendo atingido o montante de 18 milhões de euros;
- # Melhoria sustentada da “performance” económica, em todos os sectores de actividade, sobretudo no domínio das receitas próprias, invertendo a tendência decrescente verificada nos anos anteriores;
- # Resolução e melhoria das condições físicas e técnicas do trabalho, designadamente no que se refere às instalações e equipamentos. Destaque para a reinstalação da ESAD em Alcântara, a colocação da Serração junto das restantes oficinas e as obras de remodelação e valorização do Museu;
- # Reorganização interna, implementando procedimentos e regularizando situações de facto e contabilísticas que enviesavam a realidade e uma análise de rigor comparativa;
- # Reapetrechamento técnico, em certos domínios, designadamente na conservação e restauro e o sector oficial, com a substituição e/ou reforço de novos recursos humanos evitando, assim, para já, a ruptura da cadeia de transmissão geracional das artes do Saber Fazer, com técnicas e métodos tradicionais;
- # Requalificação generalizada das chefias intermédias, reforçando a cadeia de comando com novas e acrescidas competências técnicas e científicas;

- # Melhoria da produtividade do trabalho e estabilização da paz social interna.

(ii) **Objectivos por alcançar**

- # Clarificação por parte do Estado, designadamente do Ministério da Cultura, do papel da FRESS no contexto da política cultural nacional, seja no ensino e formação profissionalizante, seja no património imaterial do Saber Fazer, seja no domínio da conservação e restauro do património nacional;
- # Criação de um Rendimento Fundacional que libertasse mais as actividades da Fundação da dependência excessiva das oscilações e vicissitudes do funcionamento do mercado;
- # Reinstalação da ESAD – Escola Superior de Artes Decorativas que se encontra presentemente instalada num edifício cedido gratuitamente pelo BES, em Alcântara, longe das Oficinas, sem as necessárias condições mínimas de um estabelecimento de ensino superior politécnico.

Em 2010, conforme referido, cessou o mandato do Conselho Directivo. Ao longo do tempo, o mesmo foi composto pelos seguintes elementos:

Presidente:

Dr. Luís Ferreira Calado

Vogal representante da Família do Fundador:

Dr. Nuno Leite de Faria

Vogal representante do Ministério das Finanças / Director Geral do Tesouro e Finanças:

Dr. Durães da Conceição (Set. 2005 / Maio 2010);

Dr. Pedro Rodrigues Felício (desde 5 de Maio de 2010)

Vogal representante do Ministério da Cultura / Presidente da Academia Nacional de Belas Artes:

Prof. Doutor Augusto Pereira Brandão (Set. 2005 / Novembro 2008);

Sr. José Stone de Medeiros Tavares / António Valdemar (desde 4 de Novembro de 2008)

Vogais convidados:

Porf. Doutor Vítor Serrão

Dr<sup>a</sup> Vera Pinto Teixeira

Dr<sup>a</sup> Isabel Silveira Godinho



V. L. S.  
4  
T. S.  
FUNDACÃO  
Ricardo  
do Espírito  
Santo, Silva  
R. B.  
H.

A partir de 28 de Setembro de 2010 iniciou-se um novo mandato de 5 anos, nos termos dos respectivos estatutos, com a seguinte composição:

Presidente:

Dr. Luís Ferreira Calado

Vogal representante da Família do fundador:

Dr. Nuno Leite de Faria

Vogal representante do Ministério das Finanças / Director Geral do Tesouro e Finanças:

Dr. Pedro Rodrigues Felício

Vogal representante do Ministério da Cultura / Presidente da ANBA:

Sr. José Stone de Medeiros Tavares / António Valdemar

Vogais convidados:

Dr<sup>a</sup> Berta Bustorff

Dr<sup>o</sup>. Henrique Granadeiro

Dr<sup>o</sup> Francisco Murteira Nabo

## 2. APRECIACÃO GLOBAL

O ano de 2010 interrompeu a tendência dos anos anteriores marcada por uma acentuada recuperação económica e financeira, visível na evolução das actividades correntes dos vários sectores: Museu – Escolas - Oficinas. Tal facto fica a dever-se directamente à crise económica e financeira que se faz sentir em Portugal, na Europa e no mundo, em geral.

Com efeito, se a Fundação tinha resistido, com sucesso, à crise económica que já se houvera feito sentir em 2009, ao ponto de nesse ano, comparativamente ao anterior, as receitas próprias ainda terem crescido 19,1%, o EBITDA ter melhorado em 41,8% e os resultados líquidos melhorado 22,7%, a verdade é que o mesmo não foi possível repetir em 2010.

Ainda assim, o período correspondente ao mandato do Conselho Directivo apresenta indicadores significativos de recuperação económica e financeira iniciada em 2006. As receitas próprias cresceram a uma taxa média anual próximo de 12,7% enquanto que os custos operacionais apenas cresceram a uma taxa média anual de 0,3%. Consequentemente, o período evidencia um crescimento médio anual do EBITDA de 37,6% e uma melhoria significativa dos resultados líquidos, a uma taxa média anual de 27,0%.

Contudo, pese embora esta recuperação e o esforço de todos os trabalhadores, designadamente ao aceitarem nos últimos três anos a não actualização de vencimentos nem progressão na carreira, os resultados líquidos persistem no vermelho.

Tal facto coloca nas prioridades estratégicas a definição e clarificação do modelo de financiamento da FRESS, e a necessidade de criação de um rendimento fundacional assegurado.

QUADRO - I	A (2005/2009)	(2010/2009)	B (2005/2010)
Receitas próprias	+ 23.0 %	- 20,4%	+ 12,7%
Custos operacionais	+ 2.6 %	- 9,3%	+ 0,3%
EBITDA	+ 30.0 %	+ 65,4%	+ 37,6%
Resultados líquidos	+ 24.5 %	+ 35,9%	+ 27,0%

(A): Taxa de crescimento médio anual (antes de 2010)

(B): Taxa de crescimento médio anual: mandato do Conselho Directivo

As características inerentes ao projecto da FRESS, tal como foi concebido desde a sua criação em 1953, não permitem que a sua sustentabilidade económica dependa maioritariamente das regras de funcionamento do mercado. Tal não significa, porém, que a Fundação sendo do domínio privado não tenha de ser gerida com preocupações de racionalidade económica, embora tonalizadas com a cores de um projecto essencialmente cultural e patrimonial.

Dois exemplos:

- (i) A produção oficial não é assumidamente comparável à de um empresa de móveis. Quer pelas suas características artísticas (alta artesanaria), que não permitem uma gestão típica empresarial baseada na produtividade da mão-de-obra aferida pelos tempos de trabalho, quer pelo papel que as Oficinas desempenham na retaguarda do ensino ministrado pelas Escolas e na promoção turística através de visitas diárias de público, (situações que quebram os ritmos de trabalho e consequentemente a produtividade concorrencial), quer sobretudo porque as Oficinas, ao preservar técnicas e métodos tradicionais, incorporam artes e ofícios que o mercado, na sua lógica implacável, se encarregou de expulsar, precisamente porque já não comportam os índices de produtividade mínima num mercado aberto de concorrência pura.
- (ii) As Escolas, que não têm qualquer apoio oficial, dadas as características do ensino ministrado e as limitações de expansão que permitam ganhos de escala (não sendo um ensino de massas, baseia-se numa componente formativa essencialmente prática), para atingir o equilíbrio económico necessitariam de aumentar o custo das propinas, já de si bastante

M. L. S.  
 6  
 F. J.  
 FUNDACÃO Ricardo de Espírito Santo, Silva.  
 P. B.  
 A. r.

elevado. Esta situação é visivelmente agravada no que respeita ao ensino do IAO – Instituto de Artes e Ofícios. Tratando-se de um ensino técnico profissionalizante, dificilmente as expectativas futuras de emprego permitirão encarar o elevado custo de formação como um investimento recuperável em tempo considerado adequado. Facilmente se conclui que, sem apoio oficial, a FRESS acaba por financiar a formação profissionalizante de técnicos que irão para o mercado (por vezes, em concorrência com a própria Fundação). Ou seja, a FRESS estará, nestas circunstâncias a financiar a formação profissional nacional, ou seja a substituir o financiamento que competiria à Administração (IEFP).

Definitivamente, os efeitos da crise económica sentida em 2010 recolocam no centro das preocupações estratégicas desta Instituição a necessidade de clarificação do papel da FRESS no contexto da política cultural nacional e a necessidade de definição de uma estrutura de financiamento adequada à sua missão. A ausência de clarificação destas duas questões tem “atirado” a sobrevivência da Fundação para uma forte dependência do mercado, o que não deixa de ser relevante numa instituição, sem fins lucrativos, de reconhecido mérito e utilidade pública, traduzindo um projecto essencialmente cultural e patrimonial, e a quem foi cometida uma missão clara: preservar e assegurar os métodos e técnicas tradicionais associadas à alta artesanaria da Arte de Saber Fazer, incorporando no seu seio as franjas dessas artes que o próprio mercado se encarregou de afastar e marginalizar. Criada sem um rendimento fundacional assegurado – em bom rigor, a FRESS foi criada com um rendimento fundacional negativo, tal como o próprio legislador reconhece no preâmbulo e na letra do diploma que a criou.

A ausência de clarificação destas questões tem conduzido a um perfil da estrutura de financiamento corrente desajustada à missão cometida à Fundação. O financiamento das actividades da FRESS tem vindo a assentar na boa vontade do mecenas institucional (Grupo Espírito Santo), na resposta do mercado e, supletivamente, no endividamento, para além do apoio estatal.

(milhões de euros)

QUADRO – 2	2006 - 2010		2008 - 2010	
	média anual	estrutura	média anual	estrutura
Orçamento de funcionamento	3,6		3,6	
Receitas próprias	1,9	52,8 %	2,3	63,8 %
Mecenato				
Estado / MC	0,2	5,6 %	0,2	5,6 %
Privado	0,7	19,4 %	0,9	25,0 %
Endividamento	0,8	22,2 %	0,2	5,6 %

(a) Inclui-se aqui o endividamento bancário e a variação dos prazos de pagamento e de recebimento.

No período do mandato do Conselho Directivo (2006-2010) as necessidades de financiamento associadas ao funcionamento situaram-se em média nos 3,6 milhões de euros / ano. O auto financiamento situou-se em média nos 52,8%, sendo de assinalar a tendencial crescente verificada ao longo do período, com ligeira redução em 2010, pelos motivos já invocados. O apoio do Estado, via Fundo de Fomento Cultural, situou-se nos 5,6%, ou seja o equivalente a pouco mais de um mês de ordenados, incluindo os professores das Escolas e colaboradores.

O Quadro – 2 permite igualmente perceber a alteração estrutural provocada a partir da consolidação da dívida no final de 2007. A média dos últimos três anos fixa o auto financiamento em 63,8%, o mecenato privado em 25,0% e o apoio estatal em 5,6%. No que respeita à diferença, o financiamento das necessidades tem sido feito através de uma conta caucionada aberta especificamente para o efeito e da variação dos prazos de recebimento e pagamento.

Uma palavra final, para as dificuldades que no actual contexto de crise generalizada, a FRESS irá sentir nos próximos anos, principalmente se não se proceder à clarificação do papel que deve desempenhar no contexto da política cultural nacional e muito em particular no sector da conservação e restauro.

Este é o desafio deixado ao Conselho Directivo que agora iniciou funções.

### **3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

#### **Da Actividade Corrente**

A actividade corrente em 2010, comparativamente com o ano anterior, apresenta uma significativa redução do volume de negócios / receitas próprias, reflexo directo da crise económica generalizada, compensada por uma acentuada redução dos custos operacionais e um reforço do apoio mecenático por parte do Grupo Espírito Santo, mecenas institucional da FRESS.

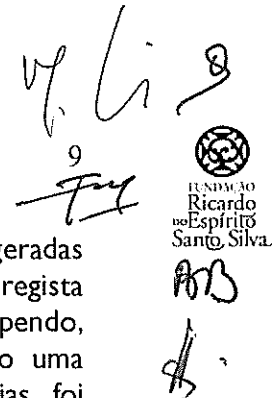
BB  
 A

(em euros)			
QUADRO - 3	2009	2010	Varição 2010/09
• Vendas e prestação de serviços	2.604.547	2.072.712	- 20,4 %
• Subsídios e serviços externos	808.821	1.070.535	+ 32,3 %
• Variação nos inventários da produção	(186.484)	(61.964)	- 66,8 %
• Trabalhos para própria empresa	-	62.343	...
	<u>3.226.884</u>	<u>3.143.626</u>	- 2,6 %
• Custo de mercadorias e matérias primas	104.954	103.242	- 1,6 %
• Fornecimentos e serviços externos	1.239.076	1.010.674	- 18,4 %
• Gastos com o pessoal	2.141.346	2.106.877	- 1,6 %
• Imparidade de dívidas a receber	4.683	2.533	- 45,9 %
• Provisões (processos judiciais em curso)	-	27.882	...
• Outros rendimentos e ganhos	(236.701)	(127.569)	- 46,1 %
• Outros gastos e perdas	363.556	158.153	- 56,5 %
	<u>3.616.914</u>	<u>3.281.792</u>	- 9,3 %
• Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(390.030)	(138.166)	+ 64,6 %
• Gastos / reversões de depreciação e de amortizações	179.240	188.247	+ 5,0 %
• Resultado operacional	(569.270)	(326.413)	+ 42,7 %
• Juros e gastos similares	24.632	54.346	+ 120,6 %
• Resultados líquidos	(593.902)	(380.759)	+ 35,9 %

Os resultados líquidos apurados, embora negativos, voltam a melhorar 35,9% comparativamente com o ano anterior. Em cinco anos os resultados líquidos negativos da FRESS passaram de valores superiores a 1,8 milhões de euros em 2005 para os 380 mil euros em 2010.

#### Resultados líquidos

Variação anual	
2006	+ 6,3 %
2007	+ 12,1 %
2008	+ 49,2 %
2009	+ 22,7 %
2010	+ 35,9 %


  
 9  
 8  
 FUNDAÇÃO  
 Ricardo  
 do Espírito  
 Santo, Silva.  
 AB  
 S

A actividade corrente em 2010, traduzida no nível de receitas próprias geradas directamente pelos diversos sectores de actividade (Museu – Escolas - Oficinas), regista um significativo decréscimo comparativamente com o ano anterior, interrompendo, assim, a tendência de recuperação iniciada em 2006 (- 20,4%, representando uma redução de proveitos em 532 mil euros). A redução de receitas próprias foi generalizada a todos os sectores, com especial destaque para o subsector da conservação e restauro que registou uma redução de - 46,2%, o equivalente a menos 566 mil euros no ano. A justificação deste facto prende-se directamente com a crise económica que provocou o adiamento e/ou desistência de investimentos privados no domínio da recuperação de património e edifícios com componentes artísticas, mercado preferencial da Fundação. Refira-se a este propósito que o Estado e muito em particular o Ministério da Cultura e as suas instituições persistem em não contar com a FRESS nem sequer a consultar para orçamentos de conservação e restauro do património nacional.

QUADRO – 4	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Volume de negócios (a)	1.140.075	1.347.305	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.712
EBITDA	(1.451.238)	(938.883)	(917.448)	(615.715)	(358.380)	-
Resultado operacional	-	-	-	-	(573.844)	(326.413)
Resultados líquidos	(1.836.751)	(1.721.903)	(1.514.125)	(768.440)	(593.902)	(380.759)
Nº médio p.t.	99	108	112	105	107	106
Receitas próprias/ p.t.	11.516	12.475	13.665	20.831	24.343	19.554

(a) vendas + prestação de serviços + proveitos suplementares

A redução das receitas próprias (- 20,4%) foi parcialmente compensada pelo reforço do apoio mecenático do GES e pela redução da variação da produção, de forma a que a quebra dos proveitos operacionais em 2010 acabou por ser apenas de 2,6% (cerca de 83 mil euros). Por outro lado, os custos operacionais caíram 9,4% em 2010, sendo de destacar a redução de 18,4% (- 228 mil euros) da rubrica fornecimentos e serviços externos e a redução de 1,6% (- 34 mil euros) dos gastos com o pessoal.

As explicações para as variações das principais rubricas são as seguintes:

- 20.4% nas receitas próprias: reflexo da crise económica e do adiamento e/ou suspensão da decisão de investimentos previstos pelos privados;
- + 32.3% nos subsídios: decisão do Grupo Espírito Santo, mecenas institucional, em reforçar o apoio em mais 200.000 euros;

- 1.6% nos gastos com o pessoal: reflexo da decisão em não se proceder à actualização da tabela salarial nem a reajustamentos salariais e/ou progressão na carreira, o que acontece pelo terceiro ano consecutivo;
- 18,4% nos fornecimentos e serviços externos: reflexo da redução dos gastos com a vigilância e segurança do Museu (substituição de uma empresa da especialidade por pessoal contratado directamente), e dos gastos com pessoal externo em regime de prestação de serviços.

A quebra na actividade da conservação e restauro (- 46,2%, equivalendo a menos 567 mil euros em 2010) foi parcialmente compensada com a redução de aquisição de serviço externo, pessoal contratado para complementar a capacidade oficial existente. Significa que a quebra verificada não terá afectado com idêntica intensidade o núcleo duro dos efectivos, já que acima dos 500 a 600 mil euros, a resposta às solicitações neste domínio, obriga a maioria das vezes a recorrer a técnicos especialistas externos e a ex-alunos das nossas escolas.

Para efeitos de compreensão do Gráfico – I e considerando as alterações das regras contabilísticas em 2010, deixa-se reproduzido o quadro seguinte que suporta a evolução verificada no período anterior.

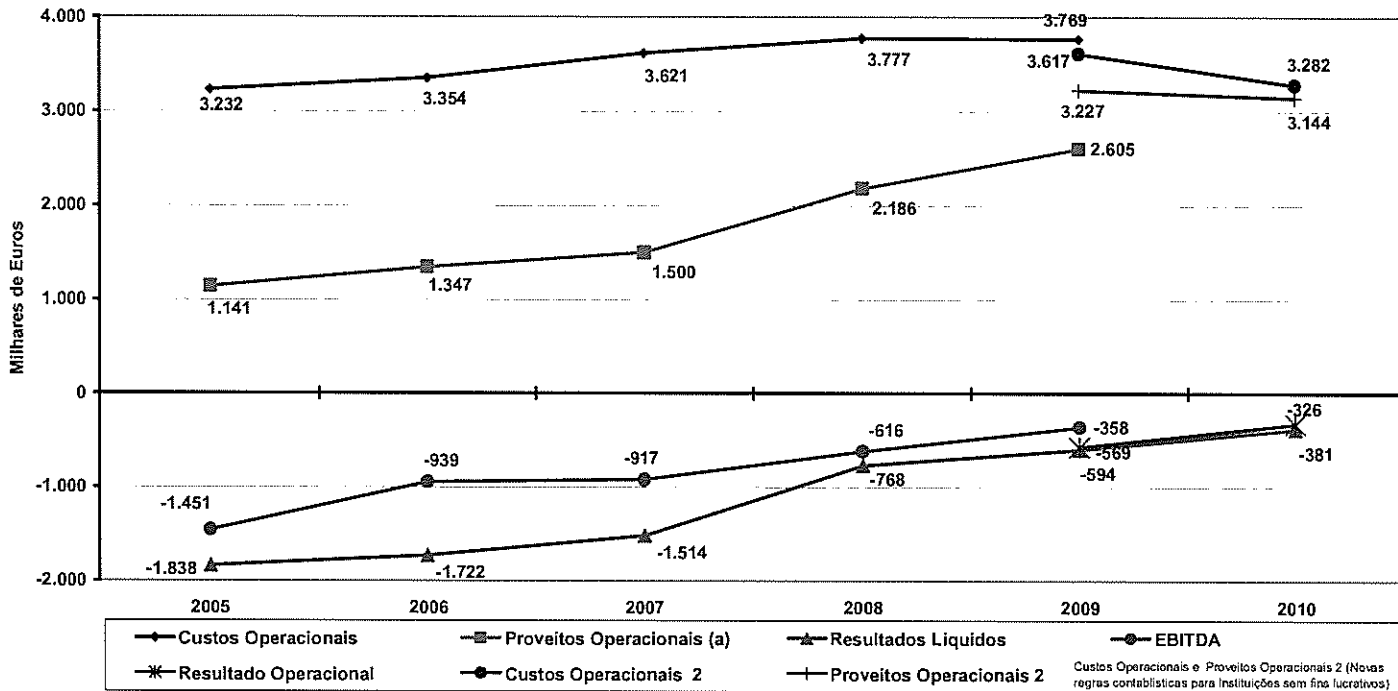
(em euros)

<b>QUADRO - 5</b>	2005	2006	2007	2008	2009
Proveitos operacionais	1.651.535	2.293.803	2.629.798	3.089.939	3.227.087
Custos operacionais	3.231.315	3.231.315	3.621.826	3.776.874	3.769.390
Resultados operacionais	(1.579.780)	(1.059.825)	(992.028)	(686.935)	(542.303)
Amortizações	128.542	120.942	74.580	71.220	183.923
<b>EBITDA</b>	<b>(1.451.238)</b>	<b>(938.883)</b>	<b>(917.448)</b>	<b>(615.715)</b>	<b>(358.380)</b>
Resultados financeiros	(405.535)	(545.454)	(805.070)	(87.005)	(22.731)
Resultados extraordinários	148.564	(116.623)	282.973	5.499	(28.868)
Resultados líquidos	(1.836.751)	(1.721.902)	(1.514.125)	(768.441)	(593.902)

11  
 Lio  
 Fry  
 FUNDACAO Ricardo do Espírito Santo Silva  
 000  
 H

GRÁFICO - I

Evolução (2005/2010)





## Do Investimento

Na ausência de um orçamento de investimentos, por insuficiência de verbas para o efeito, e aproveitando o impacto da recessão do mercado em 2010, adoptou-se uma política de valorização e reparação das instalações, com recurso a trabalhos para a própria empresa.

Em 2010, esta rubrica registou um valor superior a 62 mil euros, correspondente à reinstalação da Oficina de Serralharia, à criação de uma Loja Técnica e à incorporação da nova Oficina de Passamanaria.

A reinstalação da Oficina de Serralharia junto das demais oficinas, e que anteriormente ocupava uma das lojas do r/c junto à entrada principal do edifício, obedeceu a uma estratégia de valorização da frente – rua tendo em vista o aproveitamento do potencial turístico do Largo das Portas do Sol.

Em consequência, na loja r/c assim devoluta iniciou-se a instalação de uma Loja Técnica. Trata-se de um espaço aberto ao público onde serão comercializados produtos de manutenção e limpeza com a marca FRESS (produtos naturais, produzidos na Fundação com técnicas tradicionais e apropriados para a manutenção e limpeza das peças produzidas nas oficinas), papel marmoreado, livros de ouro produzidos na oficina de batedor de ouro, produtos adequados à conservação e restauro, algumas ferramentas produzidas internamente, entre outros.

Em 2010 foi criada a Oficina de Passamanaria. Aproveitando uma feliz coincidência de boas vontades e praticamente sem custos adicionais, foi possível criar uma nova oficina que responde a uma necessidade do mundo oficial, cumprindo-se assim a missão da Fundação: assegurar as técnicas e métodos tradicionais em vias de extinção, no domínio das artes decorativas.

A nova oficina resulta de uma proposta de aquisição por um valor simbólico de 1 euro à massa falida da ex-empresa Passamarte de todo o stock de matérias-primas, produtos acabados, máquinas e processos de fabrico. Esta proposta, apoiada pelas anteriores proprietárias da Passamarte e pelo administrador da massa falida, foi decidida favoravelmente pelo Tribunal.

A contrapartida desta proposta foi o compromisso de a FRESS criar a nova oficina e integrar quatro ex-trabalhadores. Deve referir-se que em 8 meses de actividade, a Oficina de Passamanaria facturou mais de 60 mil euros, praticamente tudo para o mercado externo (o dobro do custo adicional com os vencimentos dos novos trabalhadores).

Em termos globais, o investimento efectuado em 2010 foi de aproximadamente 144 mil euros. Para além da reinstalação da Oficina de Serralharia, do início da instalação da Loja Técnica e da incorporação da nova Oficina de Passamanaria, prosseguiu-se com o programa da remodelação das instalações, donde se destacam as melhorias no IAO (13 mil euros), e o programa de reapetrechamento informático (26 mil euros) maioritariamente nas Escolas.

O investimento efectuado em 2010 foi financeiramente coberto com o recurso a trabalhos para a própria empresa (43%) e com a afectação de verbas da actividade corrente (47%).

### Dos Recursos Humanos

Em termos de recursos humanos, o ano de 2010 caracterizou-se pela estabilidade no que respeita ao número médio de trabalhadores.

QUADRO - 6	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Trabalhadores (1 Jan.)	110	105	102	116	109	109	113
Número médio	108	99	108	112	105	107	106
Trabalhadores (31 Dez.)	105	102	116	109	109	113	113
Permanentes (31 Dez.)	95	95	108	104	105	108	106
Idade média (anos)	45,5	45,4	34,7	44,4	44,5	44,6	46,18 %
Nível de habilitações (a)	10,38%	11,76%	15,79%	16,67%	20,37%	25,66%	25,66%

(a) % de ensino superior

Durante o ano saíram 18 trabalhadores (2 por terem atingido a idade de reforma, um dos quais Mestre, 10 demitiram-se e 6 por cessação de contrato) e entraram 18 novos elementos. Ou seja, com vinculação laboral, o número de efectivos manteve-se, muito embora o número médio de efectivos no ano anterior tenha baixado uma unidade.

	Saídas	Entradas	Saldo
Oficinas	8	7	- 1
Museu	2	7	+ 5
Escolas	5	3	- 2
Administração	3	1	- 2
	18	18	0

RS

dh

Com excepção do Museu, todos os restantes serviços reduziram o número de efectivos.

**Oficinas:** Prosseguiu o reajustamento iniciado em anos anteriores, procurando colmatar as necessidades derivadas das oscilações de mercado (procura) e, no quadro das limitações orçamentais, proceder à renovação geracional de mestres. Com efeito, enquanto que o reajustamento ao mercado pode ser parcialmente obtido através do recurso a técnicos especialistas e/ou ex-alunos das Escolas da Fundação, a renovação geracional de mestres pressupõe uma vinculação laboral mais estável, duradoura e enquadrável num programa formativo interno que vá seleccionando os melhores. Daí a elevada rotação de efectivos nas oficinas.

Em 2010, a Fundação passou a contar com uma nova Oficina (Passamanaria) que resultou de uma aquisição do espólio da ex-Passamanarte junto da massa falida por um preço simbólico de 1 euro. A criação desta nova oficina implicou a integração de 4 novos trabalhadores oriundos da empresa anterior. Os custos adicionais com os vencimentos destes efectivos foram largamente compensados em 2010 com a facturação associada a esta oficina, sendo na sua quase totalidade para a exportação (mercado americano, inglês e árabe).

**Museu:** A variação de mais 5 elementos prende-se com o reforço da equipa técnica e científica, mas fundamentalmente com o reforço da guardaria (segurança e vigilância), em substituição dos serviços de uma empresa da especialidade, solução que se tornava mais cara.

**Escolas:** A redução de efectivos prende-se com a saída da Directora do IAO, entretanto substituída por um trabalhador efectivo e com a saída de um elemento da guardaria, por reforma.

**Administração:** A redução de efectivos em duas unidades prende-se com a decisão de não renovação de contratos de trabalho, o que obrigou a redobrado esforço à já de si insuficiente equipa nos sectores da administração, aprovisionamento, departamento financeiro e recursos humanos.

Foi mantido em 2010 o nível médio de habilitações, aferido pelo indicador do grau de licenciatura (25,66%).

A produtividade do trabalho, medida pelo rácio entre as receitas próprias inerentes à actividade do Museu e das Oficinas e o número médio de efectivos, baixou em 2010. Com efeito, as características inerentes ao projecto global dificultam, no que ao número de trabalhadores diz respeito, quaisquer reajustamentos do emprego efectivo à evolução do mercado (procura). O funcionamento, segurança e vigilância do Museu, traduzido em custos com o pessoal (185 mil euros em 2010), não varia com o número de visitantes /

M. L. S.

15

Fry



POB

dj

ano e consequentemente com as receitas próprias. O funcionamento das Oficinas, e o papel de formação contínua de novas gerações de mestres, não é compaginável, com reajustamentos dos efectivos à evolução do mercado. Ainda assim, e pese embora o decréscimo de receitas em 2010, as receitas do conjunto das oficinas cobriram os gastos com o pessoal das mesmas (rácio = 1.092).

Prosseguiu em 2010 a contenção dos gastos com o pessoal. Os trabalhadores, num gesto que importa relevar pelo seu significado, aceitaram e acataram livremente a decisão do Conselho Directivo em, pelo terceiro ano consecutivo, de congelar qualquer aumento salarial, progressão na carreira e/ou actualização da tabela salarial.

Só assim, sem que tivesse havido redução de efectivos, se compreende que os encargos com os vencimentos, encargos sociais, seguros e acção social dos efectivos com vínculo laboral tenham reduzido em 1%.

QUADRO - 7	Valor (10 <sup>3</sup> euros)	Varição Anual
2005	1.902	
2006	2.057	+ 8.1 %
2007	2.158	+ 4.9 %
2008	2.089	- 3.2 %
2009	2.032	- 2,7 %
2010	2.011	- 1,0 %

QUADRO - 8	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas próprias/ Despesas com pessoal	0.58	0.64	0.66	1.01	1.22	0.98
Receitas próprias / p.t. (a)	11.5	12.4	13.6	20.8	24.3	19.6

(a) média em milhares de euros

A quebra de receitas próprias e a maior rigidez do quadro de pessoal, pelas razões já referidas que se prendem com as características próprias do projecto FRESS levou a uma inversão da tendência anterior do rácio de cobertura dos encargos com o pessoal pelas receitas próprias, que passou novamente para um nível inferior à unidade, e a uma redução de 19% das receitas próprias por posto de trabalho médio anual.

A título de futura reflexão, designadamente na perspectiva de clarificação estratégica de um modelo de financiamento mais ajustado à realidade e missão da FRESS, aqui se indica a comparação, por sector / unidade de actividade, entre as receitas próprias geradas directamente e os encargos totais com o pessoal (tabela salarial, no caso das Escolas acrescido com os custos dos professores) em 2010.

<b>QUADRO - 9</b>	Receitas Próprias	Despesas com o Pessoal	Rácio
MUSEU	113.952	246.365	0.462
OFICINAS	1.068.831	978.916	1.092
ESCOLAS	833.584	1.027.917	0.811

Em 2010 prosseguiu o programa de formação interna (facilidades concedidas aos trabalhadores e isenção de propinas nas nossas Escolas), e a realização de estágios profissionais em obra e/ou em oficina a ex-alunos do IAO.

#### 4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

As receitas próprias, pelas razões já referidas, apresentam em 2010 uma redução significativa quando comparadas com o ano anterior, interrompendo a tendência de melhoria iniciada em 2006. A redução foi de 20,4 equivalente a menos 532 mil euros de receitas.

(em euros)

<b>QUADRO - 10</b>	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Vendas	217.679	402.093	319.731	406.164	310.547	451.494
Prestação de serviços	911.783	948.943	1.180.909	1.780.724	2.293.999	1.621.218
Proveitos suplementares	10.613	-	2.824	317	204	-
	<u>1.140.075</u>	<u>1.351.036</u>	<u>1.503.464</u>	<u>2.187.205</u>	<u>2.604.750</u>	<u>2.072.711</u>

A análise da composição das receitas próprias evidencia comportamentos contraditórios: as vendas cresceram 45,4% enquanto que a prestação de serviços diminuiu 29,3%. No primeiro caso, pontificam as vendas de obra nova, das quais 31% foram para o mercado externo (quase 129 mil euros), enquanto que no segundo caso é

H. L. S.  
 17  
 F. J.  
 FUNDAÇÃO Ricardo do Espírito Santo Silva.  
 P. B.  
 J. I.

notório o contributo da conservação e restauro para o decréscimo das receitas próprias.

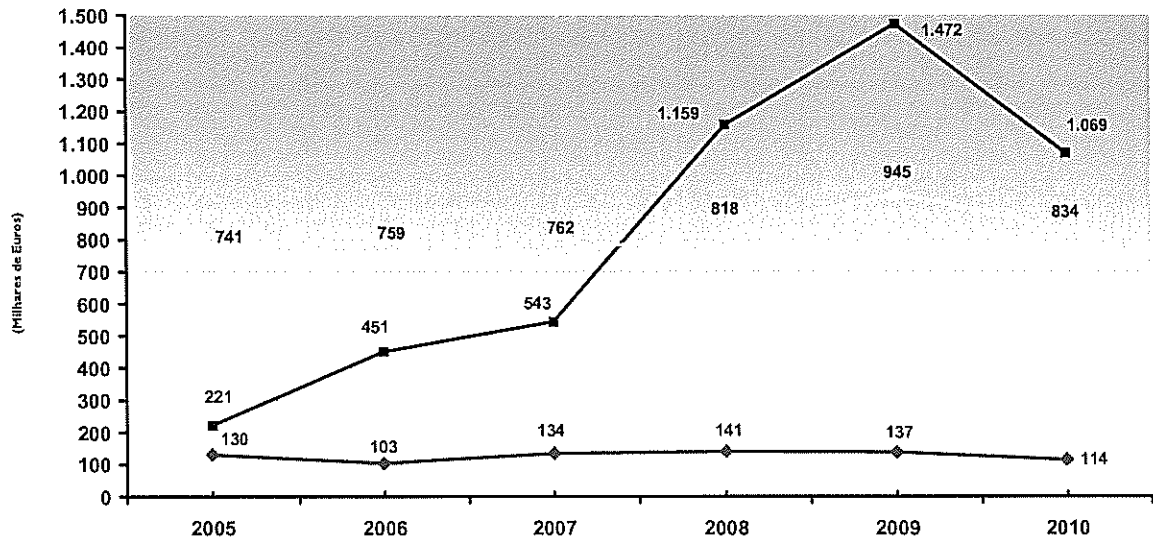
Ainda assim, as receitas próprias registadas em 2010 situam-se 8,5% acima da média do período 2006/2009 e 82% acima do valor verificado em 2005, ano anterior ao início do mandato do Conselho Directivo.

Este comportamento das receitas próprias perante situações de crise económica generalizada põe, uma vez mais em evidência, a necessidade de uma maior cooperação institucional com o Estado e muito em particular com as instituições do Ministério da Cultura relacionadas com a Administração do Património, de maneira a salvaguardar a viabilidade económica da Fundação das oscilações do mercado.

Apesar da forte crise económica sentida em 2010, os clientes privados não deixaram de acreditar e contar com os serviços de alta qualidade prestados pela Fundação. A todos eles e nosso agradecimento pela confiança demonstrada.

### GRÁFICO – 2

Receitas Próprias por Sector de Actividade (a)



(a) Não inclui subsídios

■ OFICINAS      ◆ MUSEU      ▲ ESCOLAS

A análise por sector de actividade permite-nos evidenciar que, com excepção da Obra Nova e da Cedência de Espaços, todos os demais subsectores de actividade decresceram em 2010.

(em euros)

QUADRO - II	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>OFICINAS</b>						
• Obra nova	135.145	359.550	273.658	344.167	246.750	409.977
• Restauro	85.817	91.636	269.215	815.081	1.225.405	658.854
	220.962	451.186	542.873	1.159.248	1.472.155	1.068.831
<b>MUSEU</b>						
• Entradas	42.423	53.837	51.008	70.836	62.295	55.090
• Loja	82.589	42.543	42.543	60.321	63.573	41.437
• Espaços	5.455	6.500	40.882	10.273	11.575	17.425
	130.467	102.880	134.433	141.430	137.443	113.952
<b>ESCOLAS</b>	740.573	758.900	761.571	817.844	944.945	833.584
<b>OUTRAS</b>	48.129	38.070	64.587	68.683	50.207	56.344
	1.140.131	1.351.036	1.503.464	2.187.205	2.604.750	2.072.711

(a) Inclui-se 6 mil euros do ressarcimento das despesas de porte associadas à exportação.

As **Oficinas**, em termos de receitas, decresceram em 2010 cerca de 27,4%, equivalendo a uma perda de receitas em 403 mil euros, ou seja, mais do dobro do apoio concedido anualmente pelo Estado. Em 2010 começaram a sentir-se os efeitos da estratégia da internacionalização, colocação no mercado externo de obra nova. De facto, 32% das vendas de obra nova em 2010 dirigiram-se para o mercado externo. O subsector da conservação e restauro, com uma queda de receitas de 46%, traduz a conjugação de dois fenómenos: o fim do projecto PGR / IEFP ( recuperação em contexto de formação profissional do Palácio Palmela) e os efeitos da crise e recessão económicas com o cancelamento, suspensão e/ou adiamento de projectos de investimento da iniciativa privada. Neste particular, o Estado insistiu em não continuar a contar com a FRESS para as actividades de recuperação do património nacional.

O **Museu** regrediu, neste capítulo, 17,1%, em termos globais, significando a perda de 24 mil euros de receitas. Menos entradas pagas (- 5%), menos receitas de visitas guiadas (- 14%), menos serviços educativos (- 59%), com compensação parcial de mais receitas na cedência de espaços (+ 50%).

19

As **Escolas** não fugiram à regra em 2010. N seu conjunto representaram uma quebra de 11,8% equivalendo a uma perda global de receitas de 111 mil euros. A ESAD diminuiu as receitas em 6,8% enquanto que o IAO diminuiu em 23,9%. A quebra do IAO só não foi mais acentuada graças ao protocolo de colaboração com a Fundação EDP na atribuição de bolsas de estudo. A quebra das receitas, associada à redução do número de alunos é o reflexo directo da crise sentida em 2010. Esta tendência assume preocupação acrescida pois significa uma redução estrutural de receitas para os próximos anos.

As **Outras** receitas mantêm-se praticamente inalteradas, se considerarmos que o ressarcimento de portes de envio associados às exportações significaram 6 mil euros em 2010. Em outras receitas destaque especial para as rendas associadas a bares e cafetarias (Cerca Moura, Escolas e Museu) que totalizaram em 2010 cerca de 40 mil euros.

A estrutura das receitas próprias manteve, com ligeiras oscilações de conjuntura em 2010, a tendência anterior.

(em %)

QUADRO - 12	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Museu	11	8	9	7	5	6
Escolas	65	56	51	37	36	40
Oficinas	20	33	36	53	57	52
Outras	4	3	4	3	2	2

## 5. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

Mais de 95% da despesa global de funcionamento, em média, corresponde a duas rubricas: Despesas com o Pessoal e Fornecimento e Serviços Externos.

As Despesas com o Pessoal apresentam, no período em análise, uma evolução caracterizada por dois movimentos contrários: crescem a uma taxa média anual de 7,7% até 2007 para depois decrescerem a uma taxa média anual de 2,2% até 2010. Esta evolução é muito marcada pela política de recursos humanos e pela política salarial adoptada. Com efeito, até 2007, atendendo à situação de partida em 2005, houve que proceder a uma remodelação e reforço dos recursos humanos, principalmente no sector oficial onde, com a reforma dos mestres, estava ameaçada a continuidade de algumas artes e ofícios por falta de formação de novos técnicos. Simultaneamente, procedeu-se em 2007 a uma revisão da tabela salarial acompanhada pela implementação de um sistema de avaliação do desempenho, tendo em vista introduzir correcções de



H. L. P.

20

Fry



PDD

A

justiça neste particular. A partir de 2007, o Conselho Directivo decidiu, com a compreensão dos trabalhadores, suspender toda e qualquer actualização de vencimentos, da tabela salarial e/ou progressões na carreira.

(10<sup>3</sup> euros)

QUADRO – 13	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Vencimentos (a)	1894	2053	2157	2088	2022	2001
Horas extraordinárias + Ajudas de custo	8	8	6	6	13	14
	<u>1902</u>	<u>2061</u>	<u>2163</u>	<u>2094</u>	<u>2035</u>	<u>2015</u>
Estágios e Formação	25	26	47	68	85	72
Indemnizações	-	-	41	2	20	20
Outras	14	4	-	-	1	-
	<u>39</u>	<u>30</u>	<u>88</u>	<u>70</u>	<u>106</u>	<u>92</u>
Total	1.941	2.091	2.251	2.161	2.141	2.107

(a) Vencimentos + encargos sociais + subsídio de almoço + seguros + medicina e higiene do trabalho + acção social

A despesa correspondentes aos vencimentos e encargos sociais apresenta uma taxa de crescimento médio anual de 6,7% até 2007 para decrescer a partir daí a uma taxa média anual de 2,5%. O montante global dos vencimentos e encargos sociais em 2010 recua em termos nominais ao período anterior a 2006 e, em termos reais, fica bem atrás de 2005.

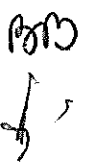
Os Fornecimentos e Serviços Externos, no período, apresentam um crescimento de 2,3% ao ano, em média. As rubricas com maior peso são os Honorários + Trabalhos Especializados, a Vigilância e Segurança, a Limpeza, os consumos com Electricidade, Água e Comunicações, os Seguros, e mais recentemente as Rendas e Alugueres.

(10<sup>3</sup> euros)

QUADRO – 14	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL / FSE	904	906	994	1230	1239	1011
Honorários	327	435	479	569	657	523
Vigilância e Segurança	138	144	195	263	154	63
Limpeza	52	53	59	73	68	70
Electricidade + Água + Comunicações	85	82	73	73	70	71
Seguros	50	32	41	39	39	27
Rendas e Alugueres	2	5	7	21	61	85
Material de escritório	16	21	18	23	16	7

(a) Honorários + Trabalho especializado + Subcontratos

BBB



Algumas notas explicativas:

- O peso elevado dos **Honorários** corresponde ao custo dos professores das escolas e à aquisição de serviços de especialistas e técnicos que adicionam complementarmente capacidade de resposta das oficinas, principalmente sempre que há encomendas de grande dimensão para executar em pouco tempo e sempre que há intervenção em estaleiro no domínio da conservação e restauro. Não surpreende, pois, que a sua evolução ande paralela ao volume de negócios, designadamente da conservação e restauro. Esta também é a razão para a redução de 20,4% verificada em 2010.
- O andamento de **Vigilância e Segurança** prende-se com um contrato firmado com uma empresa da especialidade e da permanente actualização anual dos encargos. A partir de meados de 2009 foi tomada a decisão de prescindir a presença física dessa empresa, embora se mantenha a ligação à central de segurança, substituindo a vigilância do Museu por recursos humanos contratados especificamente para o efeito, e a segurança pela contratação de três técnicos com experiência, aliás os que já vinham efectuando esse serviço integrados na referida empresa de segurança. Esta decisão determinou a redução de custos nesta rubrica. Em 2010 caíram 59%.
- Os custos com a **Limpeza** traduzem a contratação de empresas da especialidade, designadamente para o Museu e as Escolas e reflectem a actualização anual da prestação. A renegociação dos contratos em 2009 e 2010 permitiu uma ligeira redução nos custos.
- Os consumos com **Electricidade + Água + Comunicações** reflectem a política de contenção neste particular que foi implementada a partir de 2006, tendo sido possível reduzir cerca de 16% dos consumos.
- A evolução dos valores da rubrica **Seguros** traduz a renegociação efectuada com a Companhia de Seguros Tranquilidade, igualmente mecenas da Fundação.
- As **Rendas e Aluguers** reflecte a partir de 2009 o custo adicional com o aluguer de armazéns para colocar as madeiras que até então estavam nas Mónicas, sem custos. Com a venda deste Convento por parte do Estado, houve que retirar a Oficina de Serração e o armazém das madeiras.
- Os gastos com **Material de Escritório** foram fortemente reduzidos nos dois últimos anos, com particular destaque para 2010.

## 6. ANÁLISE DO BALANÇO

O Quadro – 15 reflecte as principais rubricas já agrupadas de acordo com as novas regras da contabilidade.

QUADRO – 15	2009	2010	Varição
Activo não corrente	30.684	30.654	- 30
Activo corrente	4.089	4.003	- 86
Total do Activo	<u>34.773</u>	<u>34.657</u>	<u>- 116</u>
Capital Próprio	32.883	32.455	- 428
Passivo			
• Não corrente	8	36	+ 28
• Corrente	1.882	2.166	+ 284
Total do Passivo	<u>1.890</u>	<u>2.202</u>	<u>+ 312</u>

O Anexo às Demonstrações Financeiras reflecte o conteúdo destas rubricas e a evolução comparativa com o ano anterior.

Refira-se apenas o aspecto que se relaciona com o financiamento das actividades correntes da Fundação em 2010. Para além dos fundos gerados internamente (auto-financiamento) e do apoio mecenático, as necessidades de financiamento têm vindo a ser cobertas supletivamente com o recurso a dois instrumentos:

- A dilatação dos pagamentos aos fornecedores, renegociando melhores prazos de pagamento: acréscimo de 56 mil euros em 2010.
- Utilização da conta caucionada com um limite máximo de 900 mil euros. No final de 2010 o saldo desta conta era de 780 mil euros representando um acréscimo no ano de 230 mil euros.

Significa isto que embora todas as dificuldades sentidas em 2010 com quebra acentuada das receitas próprias, o acréscimo do endividamento bancário foi apenas de 230 mil euros.

## 7. ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados líquidos apurados no exercício foram 380 mil euros negativos. Ainda assim, e apesar de ter sido um ano adverso no que respeita à actividade global, foi

M. L. S.  
23  
Fry  
FUNDAÇÃO  
Ricardo  
do Espírito  
Santo, Silva.  
PMB  
H

possível manter o ritmo de recuperação dos prejuízos anuais de maneira a propender para zero. A melhoria, nesta perspectiva, dos resultados líquidos em 2010 foi de 35,9%. O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos melhorou comparativamente com o ano anterior 65%, embora seja ainda negativo em 138 mil euros, isto é pouco mais de 4% do orçamento global de funcionamento.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Directivo expressa um cordial e reconhecido agradecimento aos seus colaboradores pela dedicação e profissionalismo demonstrados nas respostas dadas às solicitações que a todos foram formuladas.

Não podemos, uma vez mais, deixar de registar publicamente, em nome da Instituição um reconhecido agradecimento aos trabalhadores da casa pela compreensão manifestada perante a decisão da não actualizar, pelo terceiro ano consecutivo, os vencimentos.

Queremos também expressar um agradecimento especial a todos os clientes e aos membros do “Grupo de Amigos” pela confiança e carinho que manifestaram por esta Instituição.

Um agradecimento aos membros cessantes do Conselho Directivo pela colaboração prestada ao longo do mandato.

Um agradecimento reconhecido a todos os mecenas, designadamente ao Grupo Espírito Santo pelo apoio institucional e ao Ministério da Cultura por ter mantido inalterado o apoio de 200.000 euros através do Fundo de Fomento Cultural.

## 9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

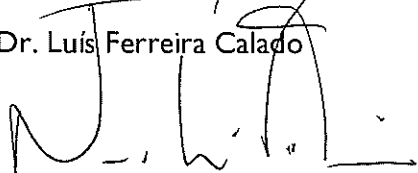
O resultado líquido apurado foi de 380.759,15 euros negativos.

Propõe-se, face à sua natureza, que este valor seja transferido para “Resultados transitados”.

Lisboa, 20 de Abril de 2011



Dr. Luís Ferreira Calado

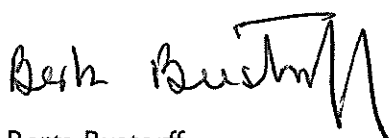


Dr. Nuno Leite de Faria

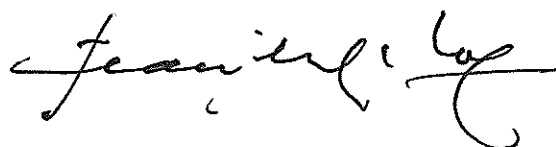


Dr. Pedro Rodrigues Felício

José de Medeiros Tavares (António Valdemar)



Dr.ª Berta Bustorff



Dr. Francisco Murteira Nabo



Dr. Henrique Granadeiro

II

**BALANÇO**



Balço individual em 31 Dezembro 2010

Euros

Codigo Conta S.N.C.	RUBRICAS	Notas	DATAS	
			31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
43+453-459	Activos fixos tangiveis	6	30 604 241,95	30 612 471,84
42+452	Propriedades de investimento		0,00	0,00
441	Trespasse (Goodwill)		0,00	0,00
44 (Excepção 441)+454+459	Activos intangiveis	7	49 543,47	71 571,26
372	Activos biológicos		0,00	0,00
4111+4121+4131-419	Participações financeiras-Equiv Patrim		0,00	0,00
4112+4122+4132+4141-419	Participações financeiras-Outros Metodos		0,00	0,00
265+268-269	Accionistas / sócios		0,00	0,00
123+4133+4142+415-419+451+	Outros activos financeiros		0,00	0,00
2741	Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
48	Activos não correntes detidos p/venda		0,00	0,00
			<b>30 653 785,42</b>	<b>30 684 043,10</b>
<b>Activo corrente:</b>				
32+33-34+35+36-39	Inventários	8	3 637 445,48	3 680 333,58
371	Activos biológicos		0,00	0,00
211+212-219	Clientes	10/14	167 128,99	254 323,51
228-229+2713-279	Adiantamento a fornecedores		0,00	0,00
24	Estado e outros entes publicos		0,00	0,00
263+268-269	Accionistas / sócios		0,00	0,00
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	10/14	84 282,46	44 185,51
281	Diferimentos	15	24 323,30	42 505,28
1411+1421	Activos financeiros detidos p/negociação		0,00	0,00
1431	Outros activos financeiros		0,00	0,00
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	90 057,95	67 634,91
			<b>4 003 238,18</b>	<b>4 088 982,79</b>
<b>Total do Activo</b>			<b>34 657 023,60</b>	<b>34 773 025,89</b>
<b>CAPITAL PROPRIO E PASSIVO</b>				
<b>Capital próprio:</b>				
51-261-262	Capital realizado		9 807 902,38	9 807 902,38
52	Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
53	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
54	Premios emissão		0,00	0,00
651	Reservas legais		15 549,96	15 549,96
652	Outras reservas		2 621 845,46	2 621 845,46
58	Excedentes de revalorização		14 841 822,38	14 841 822,38
57	Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
59	Outras variações no capital próprio		22 549 654,52	22 597 041,44
56	Resultados transitados		( 17 000 853,83)	( 18 406 951,70)
818	Resultado liquido do período		( 380 759,15)	( 593 902,13)
			<b>32 455 161,72</b>	<b>32 883 307,79</b>
<b>Interesses minoritários</b>				
			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>			<b>32 455 161,72</b>	<b>32 883 307,79</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
29	Provisões	11	35 792,99	7 910,76
25	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
273	Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
2742	Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar		0,00	0,00
			<b>35 792,99</b>	<b>7 910,76</b>
<b>Passivo corrente:</b>				
221+222+225	Fornecedores	14	483 435,10	410 341,54
218+276	Adiantamento de clientes	14	91 277,95	146 336,55
24	Estado e outros entes públicos	14	151 164,02	143 976,27
284+265+268	Accionistas / sócios		49 879,80	49 879,80
25	Financiamentos obtidos	14	954 008,72	714 007,72
231+238+2711+2712+2722+275	Outras contas a pagar	14	398 019,19	366 540,67
1412+1422	Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
1432	Outros passivos financeiros		0,00	0,00
282+283	Diferimentos	15	38 284,11	50 724,79
			<b>2 166 068,89</b>	<b>1 881 807,34</b>
<b>Total do Passivo</b>			<b>2 201 861,88</b>	<b>1 889 718,10</b>
<b>Total do Capital próprio e do passivo</b>			<b>34 657 023,60</b>	<b>34 773 025,89</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*[Assinatura]*

O CONSELHO DIRECTIVO

*[Assinaturas]*

III

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Euros

Codigo Conta S.N.C.	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
			2010	2009
71+72	Vendas e serviços prestados	9	2 072 712,02	2 604 546,73
76	Subsídios à exploração	15	1 070 534,68	808 821,47
785-685+792	Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
73	Variação nos inventários da produção	8	( 61 964,44)	( 186 483,67)
74	Trabalhos para a própria entidade	15	62 343,21	0,00
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	( 103 242,13)	( 104 953,93)
-62	Fornecimentos e serviços externos	15	(1 010 673,68)	(1 239 075,75)
-63	Gastos com pessoal	15	(2 106 876,97)	(2 141 346,13)
-652+7622	Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
-651+7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	10	( 2 532,92)	( 4 682,93)
-67+763	Provisões (Aumentos/reduções)	11	( 27 882,23)	0,00
657-658+7623+7627	Imparidade investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
+77-66	Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
ex 785+791(Ex 7915)	Outros rendimentos e ganhos	15	127 569,72	236 701,17
(ex 685)-6818-6828-6	Outros gastos e perdas	15	( 158 153,11)	( 363 557,18)
	<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>( 138 165,85)</b>	<b>( 390 030,22)</b>
-64+761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	( 188 247,11)	( 179 240,35)
-654-655-656+7624+	Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
	<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 326 412,96)</b>	<b>( 569 270,57)</b>
7915	Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	15	54 346,19	24 631,56
811	<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 380 759,15)</b>	<b>( 593 902,13)</b>
812	Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
818	<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 380 759,15)</b>	<b>( 593 902,13)</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO

IV

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Euros

Rubricas	Notas	Período
		2010
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de clientes		2.293.714,43
Pagamentos a fornecedores		1.227.461,94
Pagamentos ao pessoal		2.093.333,52
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-1.027.081,03</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		938.330,01
Outros recebimentos/pagamentos		
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-88.751,02</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis		67.072,85
Activos intangíveis		7.822,60
Investimentos financeiros		
Outros activos		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		414,70
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)</b>		<b>-74.480,75</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimento provenientes de :</b>		
Financiamentos obtidos	14	240.001,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	15	54.346,19
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)</b>		<b>185.654,81</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		22.423,04
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período		67.634,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		90.057,95

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2010

Euros

NOTAS	DESCRICÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfiados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO de 2010	9.807.902,38				15.549,96	2.621.845,46	-16.406.951,70		14.841.822,38	22.597.041,44	-593.902,13	32.893.307,79
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-47.386,92	0,00	-47.386,92
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
9=7+8	RESULTADO INTEGRAL												
10	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-593.902,13					-380.759,15
6+7+8+10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO de 2010	9.807.902,38	0,00	0,00	0,00	15.549,96	2.621.845,46	-17.000.853,83	0,00	14.841.822,38	22.549.654,52	-974.661,28	32.455.161,72

O TECNICO-OFFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DIRECTIVO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de Dezembro de 2009

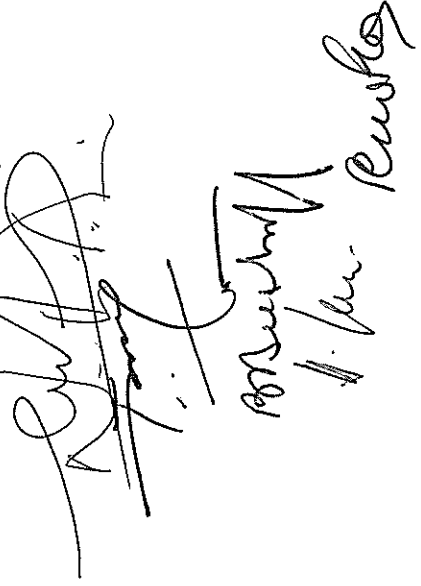
Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
1	1	9.807.902,38				15.549,96	24.960.997,96	-15.638.510,12		14.841.822,38				-768.441,58	33.219.320,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
2	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.339.152,50	0,00	0,00	0,00	22.597.041,44	0,00	0,00	0,00	257.888,94
3	3														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO															
4	4=2+3														
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
5	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-768.441,58	0,00	0,00	0,00	0,00	768.441,58	0,00	
6	6=1+2+3+5	9.807.902,38	0,00	0,00	0,00	15.549,96	2.621.845,46	-16.406.951,70	0,00	14.841.822,38	22.597.041,44	0,00	-593.902,13	32.883.307,79	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DIRETIVO



## **FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA**

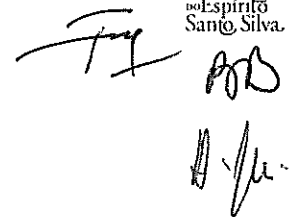
### **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

*(Valores expressos em Euros)*



Fundação  
Ricardo  
do Espírito  
Santo Silva.



### **1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva é um Instituto de Utilidade Pública tutelado pelo Estado através dos Ministérios das Finanças, Educação e Cultura, constituído em 27 de Abril de 1953, com os bens e valores oferecidos, para esse efeito, pelo Senhor Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva. A Fundação tem por principal objecto social a defesa das artes decorativas portuguesas, pela manutenção e aperfeiçoamento das suas características tradicionais, pela educação do gosto do público e pelo desenvolvimento da sensibilidade artística e cultura dos artífices. A Fundação tem sede em Lisboa, no Largo das Portas do Sol, nº 2.

Para a realização dos fins supra descritos a Fundação dispõe:

- de um museu onde se encontram espécimes típicos e representativos das artes decorativas;
- de duas escolas, o *Instituto de Artes e Ofícios* e a *Escola Superior de Artes Decorativas*;
- de salas destinadas a conferências e cursos de carácter educativo e cultural que interessem às mesmas artes;
- de oficinas destinadas a estágios e aperfeiçoamento nas várias artes decorativas em que, tradicionalmente, se distinguiram os artífices portugueses e se julgue conveniente evitar que degenerem ou acabem;
- de um laboratório de conservação e restauro.

As doações, legados e heranças instituídas a favor da Fundação só podem ser aceites mediante resolução do respectivo Conselho Directivo e as heranças sê-lo-ão sempre a benefício de inventário.

É expressamente proibido à Fundação alienar ou trocar os bens que lhe foram afectos no acto da sua constituição e, bem assim, hipotecá-los ou penhorá-los como garantia de qualquer empréstimo.

A Fundação passou, a partir do exercício económico de 1997, a estar sujeita ao poder de fiscalização do Tribunal de Contas.

### **2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, preparados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no nº 2 do artº 3º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da FRESS.

**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

**2.4 - Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:**

Até 31 de Dezembro de 2009, a FRESS elaborou, aprovou e publicou demonstrações financeiras, de acordo com os PCGA anteriores previstos no POC aplicável à generalidade das empresas, com as devidas adaptações em função necessidades de relato financeiro da FRESS. O balanço e a demonstração de resultados por naturezas e a demonstração das alterações no Capital, relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF.

<b>Capital próprio em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com o POC</b>	32.625.418,85
Menos: desreconhecimento de proveitos diferidos	257.888,94
<b>Capital próprio em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com as NCRF</b>	<b>32.883.307,79</b>

**3-PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

**3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

Às demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da FRESS, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

**ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

*Bens que lhe foram afectos no acto da constituição*

Os activos fixos tangíveis afectos à Fundação no acto da sua constituição, doados pelo seu Fundador (Edifício do Museu e Património Artístico) encontram-se registados ao seu valor de avaliação, determinado e deliberado, em 1985, pelo Conselho Directivo, no caso do Património Artístico, e com base no Decreto-Lei nº 399-G/84, no que respeita ao Edifício do Museu e respectivo terreno. Estes bens não são depreciados.

*Bens adquiridos após a constituição da Fundação*

Os activos fixos tangíveis adquiridos após a constituição da Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção do terreno e edifício do Instituto de Artes e Ofícios, os quais foram reavaliados ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Activo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamentos de transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas"

### **ACTIVOS INTANGÍVEIS**

As despesas com o desenvolvimento e implementação do Portal FRESS encontram-se registadas ao custo de aquisição. Estas despesas têm uma vida útil finita e são apresentadas ao custo de aquisição menos amortizações acumuladas.

A amortização é calculada usando o método das quotas constantes de forma a distribuir o custo das despesas com o Portal FRESS durante a sua vida útil estimada (5 anos).

O custo de aquisição das licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos)

### **TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE**

Os trabalhos que a empresa realiza para si mesma, sob a sua administração directa, aplicando meios próprios e adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu activo fixo tangível e activos fixos tangíveis em curso, e incluem custos com materiais, mão de obra directa e gastos gerais.

### **SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**

Os subsídios e donativos à exploração atribuídos à Fundação por entidades e organismos públicos e privados, são registados como rendimentos do exercício a que dizem respeito.

### **INVENTÁRIOS**

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

#### Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de compra.

#### Produtos e trabalhos em curso e produtos acabados e intermédios

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui as matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

### **RÉDITO**

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido como segue:

- o rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador;



- o rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à sua aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação do serviço.

## PROVISÕES

São constituídas provisões sempre que a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

## INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se registados de acordo com os seguintes critérios:

### **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas são registadas pelo seu valor nominal, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica Perdas por Imparidade em contas a receber. As perdas por imparidade são baseadas numa avaliação de probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos e outros factores. Normalmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

### **Fornecedores e outras dívidas a terceiro**

As contas a pagar são registadas pelo método de custo, dado de incluem na sua generalidade valores a pagar de curto prazo, decorrentes da actividade operacional da empresa.

### **Empréstimos**

Os empréstimos encontram-se registados no passivo, sendo mensurados de acordo com o método do custo. Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

### **Periodizações**

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

### **Benefícios aos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem vencimentos, complementos de trabalho nocturno, complementos de desempenho, isenção de horário de trabalho, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação e subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho Directivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

FB

4

### 3.2 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da FRESS.

### 4 – FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
Caixa	55.178,23	60.419,41
Depósitos à ordem	34.879,72	7.215,50
<b>Total de Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>90.057,95</b>	<b>67.634,91</b>

### 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ATERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 não foram efectuadas alterações de políticas contabilísticas, não tendo sido detectados erros materialmente relevantes.

### 6 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

#### 6.1 – Movimentos ocorridos no período

Descrição	31-12-2009	Aumentos	Alienações	Abate	Transferência	31-12-2010
Terrenos e recursos naturais	2.653.389,53					2.653.389,53
Edifícios e outras construções	4.009.089,26	4715,00			44.481,69	4.058.285,95
Equipamento básico	551.234,68	41.715,22	3.062,40		30.698,76	620.586,26
Equipamento de transporte	74.972,17					74.972,17
Equipamento administrativo	705.744,86	3.945,73				709.690,59
Outros activos fixos tangíveis	24.311.323,37	11.688,26				24.323.011,63
Investimentos em curso	66.302,00	90.548,72			75.180,45	81.670,27
<b>Activo tangível bruto</b>	<b>32.372.055,87</b>	<b>152.612,93</b>	<b>3.062,40</b>	<b>0,00</b>	<b>150.360,90</b>	<b>32.521.606,40</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	476.632,27	94.218,84				570.851,11
Equipamento básico	442.787,87	28.004,05	1.945,90			488.846,02
Equipamento de transporte	57.640,64	5.344,81				62.985,45
Equipamento administrativo	767.180,52	27.005,41				794.186,93
Outros activos fixos tangíveis	15.342,73	5.152,21				20.494,94
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>1.759.584,03</b>	<b>159.726,32</b>	<b>1.945,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.917.364,45</b>
<b>Activo tangível líquido</b>	<b>30.612.471,84</b>	<b>-7.113,39</b>	<b>1.116,50</b>	<b>0,00</b>	<b>150.360,90</b>	<b>30.604.241,95</b>

Os outros activos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2010, têm a seguinte composição:

Acervo do Museu, afecto à Fundação no acto da sua constituição	23 999 383,93
Benfeitorias no acervo do Museu	171 239,88
Bibliotecas	66 591,24
Obras diversas/Desenhos	25 984,77
Outros	59 811,81
	<hr/>
	24 323 011,63
	<hr/> <hr/>

Relatório  
e Contas 2010

## 6.2 – Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia do cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

## 7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Descrição	31-12-2009	Aumentos	Alienações	Abate	Transferência	31-12-2010
Programas de computador		3.393,00				3.393,00
Portal FRESS	139.305,57					139.305,57
Investimentos em curso		3.100,00				3.100,00
<b>Activo tangível bruto</b>	<b>139.305,57</b>	<b>6.493,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>145.798,57</b>

### Amortizações acumuladas

Programas de computador		659,68				659,68
Portal FRESS	67.734,32	27.861,11				95.595,43
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>67.734,32</b>	<b>28.520,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>96.255,11</b>
<b>Activo tangível líquido</b>	<b>71.571,25</b>	<b>-22.027,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>49.543,46</b>

## 8 – INVENTÁRIOS:

### 8.1 – Mercadorias/Matérias-Primas/Produtos Acabados e Intermédios/Produtos e Trabalhos em Curso

Rubricas	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
<b>Mercadorias:</b>		
Mercadorias em armazém	562.584,41	543.956,73
Mercadorias em trânsito	2.517,60	0,00
Mercadorias em poder de terceiros	12.017,75	12.017,75
	<b>577.119,76</b>	<b>555.974,48</b>
<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</b>		
Matérias-Primas	262.563,67	266.713,53
Embalagens de consumo	28.218,18	27.119,18
Materiais diversos	44.947,92	44.576,95
	335.729,77	338.409,66
<b>Perdas por imparidades</b>	<b>11.223,64</b>	<b>11.223,64</b>
	<b>324.506,13</b>	<b>327.186,02</b>
<b>Produtos acabados e intermédios</b>	<b>2.105.763,17</b>	<b>2.134.261,75</b>
<b>Produtos e trabalhos em curso</b>	<b>630.056,42</b>	<b>662.911,33</b>
<b>Total</b>	<b>3.637.445,48</b>	<b>3.680.333,58</b>

### 8.2 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 31 de Dezembro de 2010:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	555.974,48	327.186,02	883.160,50
Compras	44.417,54	77.289,98	121.707,52
Inventários finais	577.119,76	324.506,13	901.625,89
<b>Gastos no exercício</b>	<b>23.272,26</b>	<b>79.969,87</b>	<b>103.242,13</b>

### 8.3 - Demonstração da variação nos inventários de produção em 31 de Dezembro de 2010:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Inventários finais	2.105.763,17	630.056,42	2.735.819,59
Inventários iniciais	2.134.261,75	662.911,33	2.797.173,08
<b>Rendimentos/Gastos no exercício</b>	<b>-28.498,58</b>	<b>-32.854,91</b>	<b>-61.964,44</b>

### 9 – RÉDITO:

RUBRICAS	2010	2009	Varição
<b>Vendas</b>			
Produto Acabado	409.976,89	246.749,92	163.226,97
Edições e Publicações	16.601,75	17.434,35	-832,60
Outros (Loja do Museu)	24.834,97	46.138,23	-21.303,26
Sub-produtos, Desperdícios e Refugos	80,80	224,54	-143,74
<b>Prestações de Serviços</b>			
Cursos - Mensalidades e Inscrições	833.584,54	944.944,67	-111.360,13
Conservação e Restauro	556.919,25	1.036.563,67	-479.644,42
Entradas no Museu	45.171,40	47.397,70	-2.226,30
Cedência de Espaços	17.425,00	11.575,00	5.850,00
Serviços Secundários (exploração dos bares)	40.085,71	39.557,79	527,92
Visitas Guiadas / Serviços Educativos	9.919,00	14.897,50	-4.978,50
Outros	118.112,71	199.063,36	-80.950,65
<b>Total</b>	<b>2.072.712,02</b>	<b>2.604.546,73</b>	<b>-531.834,71</b>

### 10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

#### Perdas por Imparidade

	Saldo Inicial 31/12/2009	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final 31/12/2010
Em dívidas a receber de clientes	108.253,32	2.336,98		125,00	110.465,30
Em outras dívidas de terceiros	5.334,98	470,94		150,00	5.655,92
	<b>113.588,30</b>	<b>2.807,92</b>	<b>0,00</b>	<b>275,00</b>	<b>116.121,22</b>

### 11. PROVISÕES

#### Rubrica

	Saldo Inicial 31/12/2009	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final 31/12/2010
Processos judiciais em curso	7.910,76	27.882,23			35.792,99
	<b>7.910,76</b>	<b>27.882,23</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35.792,99</b>

### 12 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

### 13 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

A Fundação encontra-se abrangida por um estatuto de isenção fiscal em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, decorrente das actividades de carácter social e de interesse público que desenvolve.

### 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

#### 14.1 – Fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
<b>Activos</b>		
<b>Cientes</b>		
Cientes conta corrente	163.256,13	249.696,19
Cientes cobrança duvidosa	114.338,16	112.880,64
Perdas por imparidade acumuladas	110.465,30	108.253,32
	<b>167.128,99</b>	<b>254.323,51</b>
<b>Outras contas a receber</b>		
IEFP	8.781,09	32.121,33
Município de Portimão	57.760,00	0,00
Devedores diversos	23.397,29	17.399,16
Perdas por imparidade acumuladas	5.655,92	5.334,98
	<b>84.282,46</b>	<b>44.185,51</b>
<b>Total do activo</b>	<b>251.411,45</b>	<b>298.509,02</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores conta corrente	483.435,10	410.341,54
	<b>483.435,10</b>	<b>410.341,54</b>
<b>Adiantamentos de clientes</b>	<b>91.277,95</b>	<b>146.336,55</b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
Fornecedores de investimentos	67.367,92	60.548,29
Remunerações a liquidar	293.194,67	290.231,17
Juros a liquidar	3.356,47	2.463,10
Credores diversos	34.100,13	13.298,11
	<b>398.019,19</b>	<b>366.540,67</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>972.732,24</b>	<b>923.218,76</b>
<b>Total líquido</b>	<b>-721.320,79</b>	<b>-624.709,74</b>

#### 14.2 – Financiamentos obtidos

Rubrica	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
Depósitos à ordem - Banco Espírito Santo	174.008,72	164.007,72
Empréstimos bancários - Banco Espírito Santo	780.000,00	550.000,00
<b>Total</b>	<b>954.008,72</b>	<b>714.007,72</b>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de "Empréstimos bancários" corresponde a uma conta corrente caucionada no Banco Espírito Santo, cujos juros se vencem trimestralmente a taxas de mercado.

### 14.3 – Estado e outros entes públicos

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
Retenção de impostos sobre rendimentos	39.763,49	31.296,01
Imposto sobre o valor acrescentado	46.057,49	45.671,92
Contribuições para a Segurança Social	65.501,11	65.594,08
Caixa Geral de Aposentações	(300,78)	1.178,79
ADSE	142,71	235,47
<b>Total</b>	<b>151.164,02</b>	<b>143.976,27</b>

Em 31 de Dezembro de 2010, não existiam dívidas ao Estado em situação de mora.

### 15 – Outras informações

#### 15.1 - Gastos com o Pessoal:

Gastos com pessoal	Saldos em 31/12/2010	Saldos em 31/12/2009
Vencimentos	1.555.665,54	1.568.009,95
Encargos s/ remunerações (Seg. Social)	306.057,32	310.833,32
Subsídio de alimentação	110.784,93	110.795,63
Seguros de acidentes de trabalho	17.011,84	23.309,26
Indemnizações ao Pessoal	19.570,30	20.281,29
Estágios profissionais	38.175,68	34.221,93
Estágios Procuradoria-Geral República	33.655,86	50.545,49
Formação		900,00
Custos de acção social	6.676,34	6.604,14
Horas extraordinárias	3.428,54	6.218,06
Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho	4.457,99	2.696,71
Ajudas de custo	11.043,00	6.334,59
Outros	349,63	595,76
<b>Total</b>	<b>2.106.876,97</b>	<b>2.141.346,13</b>

### 15.2 – Fornecimentos e serviços externos:

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2010</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2009</u>
Honorários	435.436,05	533.429,19
Vigilância e segurança	63.124,07	153.539,18
Trabalhos especializados	68.076,79	79.201,57
Limpeza, higiene e conforto	69.850,94	68.229,06
Publicidade e propaganda	30.087,15	47.078,10
Seguros	26.989,58	38.828,50
Conservação e reparação	34.677,88	38.353,61
Electricidade	34.967,39	34.100,58
Comunicação	32.243,52	31.508,77
Material de escritório	6.939,66	16.434,37
Sub-contratos	20.346,27	43.602,50
Água	4.090,91	4.447,78
Rendas e Alugueres	85.165,77	60.882,03
Deslocações e estadas	13.172,51	7.267,11
Combustíveis	6.605,97	5.659,78
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.450,56	7.039,39
Material para exposições	1.648,90	32.167,94
Transporte de mercadorias e pessoas	10.165,41	3.935,22
Comissões		2.860,00
Despesas de representação	459,10	1.444,70
Livros e documentação técnica	243,76	200,77
Artigos para Oferta		---
Contencioso e Notariado	682,45	518,85
Outros Fluidos (gás)	571,66	715,02
Matérias primas / Consumíveis	53.975,83	
Outros	7.701,55	27.631,73
	<b><u>1.010.673,68</u></b>	<b><u>1.239.075,75</u></b>

Dos montantes mencionados nas Rubricas Honorários e Trabalhos Especializados, € 311.296,34 correspondem a honorários pagos a professores no âmbito dos cursos ministrados pela Fundação.

### 15.3 - Trabalhos para a própria entidade:

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2010</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2009</u>
Instalação Oficina Serraharia / Páteo	26.277,18	
Instalação Oficina Passamanaria	20.697,76	
Equipamento para Loja Técnica	15.368,27	
	<b><u>62.343,21</u></b>	<b><u>0,00</u></b>

RSB

dh

**15.4 - Subsídios à exploração:**

	Saldos em 31/12/2010	Saldos em 31/12/2009
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
Ministério da Cultura	200.000,00	200.000,00
Agência Nacional PROALV	1.150,00	500,00
Centro C. Cultural de Macau	8.274,00	
I.E.F.P.	29.148,03	25.327,97
	<b>238.572,03</b>	<b>225.827,97</b>
<b>De Outras Entidades</b>		
Grupo Banco Espírito Santo	601.066,80	519.275,00
Cª. Seguros Tranquilidade	140.537,85	54.901,38
ESEGUR		2.918,12
Amigos da FRESS	650,00	150,00
Fundação EDP	51.905,00	5.749,00
Translogart, SA	15.678,00	
BDO	7.125,00	
Mª Marionela Gusmão	15.000,00	
	<b>831.962,65</b>	<b>582.993,50</b>
	<b>1.070.534,68</b>	<b>808.821,47</b>

**15.5 - Outros gastos e perdas/Outros rendimentos e ganhos:**

	Saldos em 31/12/2010	Saldos em 31/12/2009
<b>Outros gastos e perdas</b>		
Impostos indirectos	89.380,21	97.008,52
Taxas	7.313,43	1.419,66
Perdas em inventários	16.045,62	64.705,68
Correcções relativas a exercícios anteriores	38.771,01	198.630,91
Quotizações	1.787,99	1.662,65
Ofertas de inventários	749,21	
Multas e penalidades	4.105,50	129,76
Outros gastos e perdas	0,14	
	<b>158.153,11</b>	<b>363.557,18</b>
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Sobras em inventários	45.896,74	102.456,38
Alienações activos fixos tangíveis	414,70	
Subsídios para investimentos	47.386,92	47.404,92
Correcções relativas a exercícios anteriores	23.278,07	72.793,86
Outros rendimentos e ganhos	10.593,29	14.046,01
	<b>127.569,72</b>	<b>236.701,17</b>

**15.6 - Gastos e perdas de financiamento/ Juros, dividendos e outros rendimentos similares:**

	Saldos em 31/12/2010	Saldos em 31/12/2009
<b>Gastos e perdas de financiamento</b>		
Juros suportados	15.681,98	6.565,20
Juros de mora e compensatórios	29.412,42	13.492,80
Outros gastos e perdas de financiamento	9.251,79	4.573,56
	<b>54.346,19</b>	<b>24.631,56</b>
<b>Juros e outros rendimentos similares</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

e Contas 2010

Relatório



AB

dh

### 15.7 - Diferimentos:

Diferimentos	Saldo em 31/12/2010	Saldo em 31/12/2009
<b>Activos</b>		
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	5.661,30	9.031,23
Exact Software (Contrato Manutenção Anual)	10.300,00	10.300,00
Rendas e alugues	4.646,60	4.646,60
Divulgação/Publicidade FRESS - Projectos	3.067,21	17.658,67
Outros	648,19	868,78
<b>Total</b>	<b>24.323,30</b>	<b>42.505,28</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Monografia e ourivesaria	5.505,75	5.505,75
Livros Iguarassú	29.500,60	29.500,60
I.E.F.P. - Apoio à contratação	3.277,76	7.444,44
Centro C. Cultural Macau		8.274,00
<b>Total</b>	<b>38.284,11</b>	<b>50.724,79</b>

### 15.8 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital da Fundação ascendia a € 9.807.902,38, montante que resulta da valorização dos bens afectos à actividade da Fundação à data da sua constituição (Edifício do Museu e Património Artístico), doados pelo seu fundador, Senhor Dr. Ricardo do Espírito Santo Silva, aos quais foi atribuído à data da constituição da Fundação o valor de, aproximadamente, € 1.740.805,00.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio foi o seguinte:

Rubricas	Capital Próprio			Saldo Final
	Saldo Inicial	Movimentos	Aplicação do Resultado	
Capital	9.807.902,38			9.807.902,38
Reservas legais	15.549,96			15.549,96
Outras reservas	2.621.845,46			2.621.845,46
Excedentes de revalorização	14.841.822,38			14.841.822,38
Outras variações no capital próprio	22.597.041,44	(47.386,92)		22.549.654,52
Resultados transitados	(16.406.951,70)		(593.902,13)	(17.000.853,83)
Resultado líquido do exercício	(593.902,13)	(380.759,15)	593.902,13	(380.759,15)
	<b>32.883.307,79</b>	<b>(428.146,07)</b>	<b>0,00</b>	<b>32.455.161,72</b>

A rubrica de Excedentes de revalorização respeita à reavaliação do acervo do museu e edifício e terreno do museu e do Instituto de Artes e Ofícios, efectuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, no montante de € 14 677 219,07 e à reavaliação, efectuada em 1985, ao abrigo do Decreto-Lei nº 399-G/84, do edifício onde se encontra localizado o Museu da Fundação e do respectivo terreno, no montante de € 164 603,31.

Do valor da rubrica de Outras reservas no montante de € 2 621 845,46, € 1 870 492,11, correspondem a um subsídio extraordinário concedido pelo Ministério das Finanças em 1997, para redução do passivo bancário da Fundação. Este subsídio extraordinário, foi directamente depositado no Banco Espírito Santo de forma a reduzir a conta corrente mantida com aquela entidade. Dado não se destinar a financiar actividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, o mesmo foi registado directamente no capital próprio.

Do valor da rubrica de Outras variações no capital próprio, no montante de € 22 549 654,52, € 18 000 000,00 correspondem a um subsídio extraordinário concedido pela Secretaria-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças e pelo Banco Espírito Santo, em partes iguais, para liquidação do valor da dívida bancária da Fundação. Este subsídio extraordinário, como não se destinou a financiar actividades correntes ou despesas de funcionamento da Fundação, foi registado directamente no capital próprio.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DIRECTIVO

